

O LAZER E AS (I) MOBILIDADES: REFLEXÕES SOBRE AS DESIGUALDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Recebido em: 20/07/2020

Aprovado em: 10/11/2020

Licença: 

Bernardo Lazary Cheibub¹

João Alcântara de Freitas²

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

RESUMO: Uma das consequências sociais da Covid-19 foi a alteração nas dinâmicas do trabalho e na forma, na qualidade e na frequência do uso do tempo disponível. O presente artigo tem como objetivo refletir acerca dos impactos da pandemia nas possibilidades de vivência do lazer. Além de considerar a recente produção acadêmica sobre esta temática, analisamos este problema a partir do prisma do Paradigma das Novas Mobilidades. Já há algum tempo, o debate em torno da “justiça de mobilidade” tem atentado para como o regime de intensas mobilidades de poucos pressupunha a imobilidade de muitos. Com a ausência de medidas governamentais que combatessem a contento a disseminação do coronavírus, o isolamento social se mostrou um privilégio na realidade brasileira. Neste sentido, tentamos apontar aqui para um novo equilíbrio na balança da justiça de mobilidade: a imobilidade de poucos só é possível a partir da mobilidade de muitos.

PALAVRAS-CHAVE: Infecções por Coronavírus. Atividades de Lazer. Mobilidades.

LEISURE AND (I) MOBILITIES: REFLECTIONS ON INEQUALITIES IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT: One of the social consequences of Covid-19 was the change in the dynamics of work and also in the form, quality and frequency of the use of available time. This article aims to reflect on the impacts of the pandemic on the possibilities of experiencing leisure. In addition to considering the recent academic production on this theme, we analyzed this problem from the perspective of the New Mobilities Paradigm. For some time now, the debate around “mobility justice” has been focusing on how the regime of intense mobility of the few presupposed the immobility of many. With the

¹Professor adjunto, Pesquisador e Extensionista da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense. Docente do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Turismo (Ppgtur-UFF). Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, com doutorado sanduíche na Universidade de Surrey, Inglaterra. Coordenador do programa de extensão Turismo Social UFF. Líder do grupo de pesquisa MobLaTus - Mobilidades, Lazer e Turismo social (UFF).

² Doutor e Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Vice-líder do grupo de pesquisa MobLaTus - Mobilidades, Lazer e Turismo social (UFF). Anfitrião do podcast *Urbanidades*, projeto de extensão do UrbanData-Brasil (CEM/USP).

absence of government measures to successfully combat the spread of the coronavirus, social isolation proved to be a privilege in the Brazilian reality. In this sense, we try to point here to a new balance of mobility justice: the immobility of the few is only possible from the mobility of the many.

KEYWORDS: Coronavirus Infections. Leisure activities. Mobilities.

Introdução

A dificuldade de refletir sobre aquilo que estamos vivendo, sem o necessário e ocasional distanciamento, é algo que vários pesquisadores, especialmente das ciências humanas, já exploraram (GADAMER, 2015; GELKE, 2017; entre outros). Pesquisar é praticar, incessante e concomitantemente, a aproximação e o distanciamento do objeto de pesquisa. No cotidiano da investigação, que inclui a prática da escrita, é fundamental discutir sobre a dificuldade de se distanciar e se aproximar, de interpretar e descrever a realidade (ou a proposta de circunscrição espacial e temporal da realidade).

Com o isolamento social sendo a mais eficaz medida preventiva do contágio do coronavírus, este artigo tem como objetivo refletir sobre como o lazer, e, por conseguinte, o trabalho, são afetados por estas novas dinâmicas sociais. Neste contexto, o já emoldurado quadro de desigualdades sociais no Brasil parece ter suas tintas carregadas: os impactos da COVID-19 são escalonados por classe e raça, conforme argumentaremos ao longo do artigo.

Para além do escopo e da temática escolhida, enalteçemos o desafio de investigar e escrever sobre a pandemia que assola o globo - algo tão intenso, orgânico, único, emblemático, complexo, ambíguo e dantesco - e relacioná-la com um dos principais fenômenos sociais dos últimos 170 anos em quase todo o mundo moderno-urbano: o lazer, interpretando o turismo como uma de suas mais desejadas e desiguais manifestações. Nossa bússola analítica está calibrada também pelo Paradigma das Novas Mobilidades, não só pelo fato da COVID-19 ser a “doença dos espaços de fluxos”

(AGUIAR, 2020), mas por este arcabouço teórico nos oferecer tecido fino para costurar uma análise acerca das relações de desigualdades sociais que têm sido evidenciadas ao longo da pandemia.

Se o vírus foi posto em circulação pelas mobilidades “de uma elite global que tem acesso ao privilégio de se locomover através das fronteiras que o capital torna porosas para alguns”, são os pobres e os “originários dos países das franjas do capitalismo global e incluídos pela exclusão, que pagarão [já estão pagando] pelas consequências mais agudas da crise que a pandemia trouxe a reboque” (PEREIRA, 2020, n.p.). Neste sentido, as classes sociais e os níveis de desenvolvimento socioeconômico são balizas que permeiam as nossas análises: não há dúvidas que a pandemia da COVID-19 afetou a todos, mas de maneiras bem diferentes.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa exploratória e se volta para a análise teórica sobre os impactos sociais da COVID-19 no fenômeno moderno do Lazer. Como tem se provado, o isolamento social é a única forma realmente segura para a prevenção do contágio. Ainda que não tenhamos alcançado uma taxa satisfatória, nos interessa refletir sobre o impacto do isolamento social para a experiência do lazer, considerando evidentemente os conflitos oriundos das relações de trabalho.

Este trabalho teórico se propõe a analisar a bibliografia já produzida acerca dos impactos da COVID-19 no Brasil, conjugando-a com teorias relacionadas à temporalização do espaço social, ao próprio lazer e às “novas” e múltiplas mobilidades. Utilizamos também um bom número de artigos publicados na edição especial da *Leisure Sciences* sobre COVID-19, os quais puderam servir como contraponto à realidade

brasileira, já que o número majoritariamente apresentava uma visão anglo-saxônica da pandemia.

Além destas produções, lançamos mão dos textos divulgados no boletim semanal da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e das notas técnicas divulgadas pela Rede de Pesquisa Solidária³. Considerando a emergência da temática, estas publicações têm divulgado conteúdo qualificado em um fluxo mais ágil do que o das revistas acadêmicas.

Após esta seção que explicita as nossas opções metodológicas, utilizaremos ainda o espaço da introdução para trazer mais algumas informações que ajudam a contextualizar o tema principal da presente pesquisa. A segunda seção se debruça sobre as manifestações da desigualdade neste panorama pandêmico, direcionando o debate para o campo do lazer, explorando as percepções, possibilidades e anseios em relação ao usufruto do tempo disponível e do espaço. De casa (para os afortunados que a possuem), em isolamento físico e na busca de sociabilidade, em nenhum momento da história mundial recente, o lazer pareceu tão vital e, ao mesmo tempo, tão assustadoramente ausente (LASHUA; JOHNSON; PARRY, 2020). A terceira seção se dedica a demonstrar como o Paradigma das Novas Mobilidades oferece uma perspectiva valiosa para entender como o lazer turístico contribuiu para a disseminação da doença. Além disso, nos debruçamos sobre as relações de desigualdade manifestadas pelas mobilidades e imobilidades, ampliadas no cenário da pandemia.

³ Equipe interdisciplinar de cientistas vinculados ao Centro brasileiro de pesquisa e planejamento, ao Centro de estudos da metrópole da USP e a outras instituições científicas no Brasil e no mundo, formada para elevar o padrão, calibrar o foco e aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas em meio à crise do corona vírus (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA, 2020).

Antes, Contextualização do Tema Principal: “Este Vírus”

A crise sanitária da COVID-19 (*coronavirus disease 2019*), se não ocasionou, aprofundou crises políticas, econômicas e sociais. Com a rápida disseminação da pandemia e ausência de vacinas ou remédios que tenham eficácia comprovada cientificamente, boa parte dos países buscaram formas de promover o isolamento social e alguns inclusive lançaram mão do *lock-down*. Por aqui, o presidente Jair Messias Bolsonaro adotou um discurso negacionista – minimizando a iminente tragédia sanitária como apenas uma gripezinha⁴. A demissão de dois ministros da saúde durante este momento crítico demonstra o desdém com a vida de muitos brasileiros⁵. Uma crise sanitária desta proporção tem rebatimentos em outras esferas e, como Renata Bichir (URBANIDADES, 2020) aponta, as formas de conter os seus impactos econômicos dependeriam da disposição para o endividamento público visando a criação de um “colchão social” para a proteção dos mais pobres. Tal medida vai na contramão das políticas ultraliberais defendidas pelo ministro da economia Paulo Guedes. Mesmo que o auxílio emergencial tenha um impacto positivo na renda dos mais vulneráveis, este se mostra insuficiente e contribui pouco para às medidas de isolamento social, como discutiremos na terceira seção.

Segundo o Coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, o médico infectologista David Uip, a adesão ideal ao isolamento social para controlar a disseminação seria de 70%, meta que nunca foi alcançada. Os governos de alguns estados tentaram implementar medidas restritivas para conter o avanço da pandemia. No entanto,

⁴ No dia 24 de março de 2020, quando os números oficiais de mortes causadas pela COVID-19 no Brasil giravam em torno de 50, o presidente fez um pronunciamento televisionado em rede nacional para dizer que o coronavírus não passava de uma gripezinha, a despeito das milhares de mortes já causadas em outros países (BRITO, 2020).

⁵ Até a data de submissão deste artigo (10/08/2020), o Brasil se encontrava na 2ª posição entre os países com o maior número de mortos no mundo. Levando-se em conta a subnotificação, alguns estudos colocam que o número de mortos pode atingir o dobro do oficial, especialmente ao considerarmos o falecimento de indivíduos à margem da sociedade: refugiados, imigrantes, pessoas em situação de rua, presidiários, a população indígena, dentre outros.

sem a coordenação de ações a nível federal, logo sucumbiram à pressão dos empresários e reabriram o comércio, sem que as estatísticas indicassem que havia segurança para isto. Nesta “paisagem”, as classes socioeconômicas A e B (ocasionalmente) desfrutam a praia, a orla, os parques, viajam e espalha, além do vírus, alienação, ignorância, falta de cidadania-solidariedade e exploração da classe trabalhadora, obrigando parcela significativa a se deslocar em transporte público sem o devido distanciamento social para trabalhar em condições (ainda mais) precárias. “Em um cenário de terra devastada, grandes grupos padecerão [já padecem] por fome, falta de empregos, falta de acesso ao atendimento básico de saúde, falta de condições sanitárias, dentre outras muitas faltas. Outros se tornarão ainda mais ricos” (SAFATLE, 2020).

Nos feriados nacionais de abril, maio e junho de 2020, com a curva de contágios em constante ascensão no Brasil, houve engarrafamento nas principais vias de escoamento da cidade de São Paulo, por causa da quantidade de pessoas que não foram devidamente orientadas e fiscalizadas pelos órgãos públicos, tendo como premissa as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Enquanto que na Argentina - que em abril de 2020 chegara a 80% de adesão ao isolamento (HARTMANN, 2020) e ainda mantém uma satisfatória taxa -, o principal balneário do país, Mar del Plata, está desde o início da pandemia “fechado” para turistas e veranistas de segunda residência. Neste momento, milhões em todo o mundo continuam enfrentando as muitas restrições de movimento imposto por seus governos, resultando em uma renegociação de como, onde, e quando o lazer acontece (GAMMON E RAMSHAW, 2020), o que nos faz indagar: em que medida os tempos e espaços de lazer foram constrangidos pela COVID-19?

Tempos, Espaços e Anseios do Lazer na Pandemia

Nesse momento delicado em que estamos vivendo, as manifestações de lazer têm se provado um elemento essencial para aqueles que conseguem seguir as recomendações de isolamento social. As escolhas de lazer feitas em momentos de estresse, ansiedade e ameaça revelam bastante sobre a condição humana, especialmente no tocante à afirmação da vida e as estratégias de enfrentamento (GAMMON E RAMSHAW, 2020). Ao mesmo tempo em que parcela da população está alijada de diversas práticas extra domésticas, as opções de lazer realizadas em casa têm arrefecido as tensões e o medo iminente da morte. Dentro da moradia, há também o convívio “obrigatório” - em alguns casos, em tempo integral - articulado às complexidades que envolvem tempo, espaço, trabalho/obrigações/ocupações, descanso e diversão. Como a privacidade e a individualidade (típicas do desejo, ancorada na esfera do lazer) têm conversado com a convivência incessante e as necessidades coletivas daqueles que dividem o mesmo teto? Sobre isso, Cardoso e Netto trazem interessantes reflexões:

[...] os atritos das relações familiares mostram que viver é diferente de conviver com alguém, compartilhar pensamentos, posturas, agires, crenças e outros. Pessoas são constituídas e formadas por diferenças, e isto interfere no modo como se relacionam e lidam com os dias no confinamento. O maior problema se encontra nas diferenças quase imperceptíveis, pois as semelhanças são mais evidentes. Esse exercício de conviver e aceitar o outro para melhor conhecê-lo se apresenta em dias de pandemia, pois pela prática que adotamos de maneira quase incessante, o que estes dias em família tem mostrado é que conviver não é somente aceitar o outro, mas é, também, abandonar nosso individualismo, sem deixar de lado nossa individualidade (2020. n.p.).

A proliferação de novas formas de entretenimento no lar ajudou, em muitos casos, a nutrir um envolvimento mais isolacionista com o lazer, com indivíduos optando por se socializar e interagir virtualmente com outras pessoas, fora da família; ao mesmo tempo, o E-lazer é visto como um instigador do entretenimento doméstico, oferecendo mais oportunidades para experiências compartilhadas, socialização e jogos intergeracionais (GAMMON E RAMSHAW, 2020).

A transformação da casa em um espaço plurifuncional (residência, trabalho e lazer), já recebia desde o final do século passado a contribuição da grande rede. Durante a pandemia, esta relação toma outra proporção, reconfigurando inclusive outros meios de comunicação. *Webinars, podcasts, lives* de todas as matizes (musicais, debates sobre temas variados, documentários produzidos em casa), que já eram produzidas antes da pandemia (MAIA, 2020), ajudam a manter a sanidade mental e algum tipo (ou uma simulação) de interação social (JÚNIOR, 2020). Além do *Google/Youtube* e dos aplicativos baseados em redes sociais e tecnologia da informação (*Web 2.0*), as empresas de *Streaming*, os jogos eletrônicos, os *e-books* e as bibliotecas virtuais também vêm ganhando força neste período no campo do entretenimento doméstico.

Nesta altura do texto, cabe o que será uma constante indagação: como as classes mais pobres acessam esta abundância de opções, tendo em vista que a velocidade e a estabilidade satisfatórias da internet ainda são restritas a estratos mais abastados da população brasileira?

Pensando nessa cultura compartilhada pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela internet e pelas redes sociais, João Gonçalves (2020) elencou quatro tipos de temporalidade percebidas e vivenciadas na pandemia - em cada uma delas, tentaremos ponderar articuladamente sobre a produção acadêmica dos campos de estudos do lazer e do turismo⁶:

O tempo **dilatado/indiferenciado**, sentido cotidianamente pelos indivíduos - sejam os “privilegiados” patriarcais que puderam abdicar das obrigações trabalhistas/domésticas, sejam os sujeitos que perderam o emprego e estão tentando sobreviver de alguma forma -, explicitado em frases comumente ressoadas nestes tempos

⁶ Mesmo o turismo sendo uma evidente forma de lazer, no Brasil e em quase todo o mundo ocidental, Turismo e Lazer configuram dois campos de estudos separados, com menos diálogos e pontes entre eles do que seria pertinente e necessário, tendo em vista uma profícua produção de conhecimento.

pandêmicos, como “estou com tempo livre de sobra”, “todos os dias são iguais”, “estou trocando a noite pelo dia”, dentre outras. A partir de uma perspectiva anglo-saxônica primeiro-mundista, Gammon e Ramshaw reforçam esta sensação de amplitude em relação à disponibilidade do tempo: “O *lockdown*, juntamente com o distanciamento social, criou uma situação paradoxal, já que por um lado impõe restrições à liberdade, enquanto por outro, parece oferecer mais tempo para o engajamento em atividades normalmente associadas ao lazer dos indivíduos” (2020, p. 2. Tradução dos autores). Devemos aqui recorrentemente interrogar na conjugação com a estrutura de classe no Brasil: tempo livre abundante? Para quem e por quê?

O tempo **da ruptura**, um tempo histórico que se exprime na mudança e na novidade, como um sentimento de que nunca antes se viveu algo assim, ou “nada mais será como antes”. Nas palavras do antropólogo: “[...] estamos treinados para ver mudanças em toda parte, a toda hora. Quando afirmaram que ‘tudo que é sólido se desmancha no ar’, Marx e Engels não apenas descreviam o capitalismo, como também expressavam um dos principais pressupostos culturais desse sistema” (GONÇALVES, 2020). Tentando refletir acerca das mudanças no campo do turismo, Tomé; Amorim; Smith, (2020) conferiram nos sites dos órgãos públicos de saúde de diferentes países, as novas recomendações acerca da saúde dos viajantes. Já César; Ribeiro; Moraes (2020), ao ponderarem a respeito da saúde mental, debatem a ansiedade e os medos no planejamento das viagens, durante e no pós-pandemia. Os autores elencam as mudanças e adaptações a partir dos protocolos sanitários e de higienização, demandando reorganizações arquitetônicas aos diferentes espaços e gerando consequências na locomoção e na hospedagem dos viajantes em todo o globo, algo que também dialoga com a próxima temporalidade (CÉSAR; RIBEIRO; MORAES, 2020). Enquanto houver transmissibilidade e risco de contaminação, e, por conseguinte, as mobilidades

internacionais motivadas pelo lazer estiverem reduzidas, a saúde (mental e física) e a segurança do morador-habitante-trabalhador nos parecem mais importante.

O tempo **do retorno**, enquanto uma esperança de que as coisas voltarão à normalidade, expressa em frases e concepções relacionadas ao pós-pandemia, como “quando tudo isso acabar ...” ou o retumbado “novo normal”, que também pode se deslocar para certo rompimento com o período anterior. No campo de estudos do lazer verificamos a existência da investigação de João Alecrim (2020), que analisa programas e políticas públicas de estímulo à saúde por meio de atividades físicas recreacionais, que ao serem ressignificadas, poderão ajudar no futuro a reverter os altos índices de sedentarismo causados pelo confinamento e por outras limitações da pandemia. Outras pesquisas, mais relacionadas ao campo do turismo (COELHO e MAYER, 2020; REDE BRASILEIRA DE OBSERVATÓRIOS DE TURISMO, 2020) apontam para um panorama otimista no horizonte, ao oferecerem soluções e oportunidades para superação da crise no setor turístico. Diante da incessante e (in) constante metamorfose pela qual estamos passando, será que as previsões e prognósticos, mesmo que parcialmente, se efetivarão? No Brasil, o retorno no pico da contaminação de algumas modalidades esportivas profissionais, sem público presencial e televisionadas (como o futebol, por exemplo), ao invés de aliviar a ansiedade – conforme a justificativa alardeada pelos empresários e cartolas – piorou para alguns a sensação da pandemia; já não bastasse o descaso das instâncias de governança no país, o retorno deixa claro “[...] a falta de senso coletivo para lidar com a crise, [e] a total falta de humanidade quando uma tabela de futebol se sobrepõe a qualquer acontecimento, mesmo o mais grave deles em tanto tempo” (JUNIOR, 2020, s.p.). A ausência de um padrão minimamente responsável para os procedimentos tornou o futebol um agente de mais desordem e dúvidas (JUNIOR, 2020).

O tempo **da viralização** e intensificação de coisas que já aconteciam antes, mas que ocasionalmente foram exploradas pela classe média como se pudessem ser configuradas para o restante da população. “Compras online, namoros online, séries online, reuniões online, notícias falsas online, comida entregue em casa, filmes assistidos em casa, teletrabalho em casa, etc. Não há nada de realmente novo nisso; há, sim, uma multiplicação rápida – ou seja, uma viralização – de sintomas anteriores” (GONÇALVES, 2020, n.p.). Mesmo com a facilitação do consumo pela internet – algo que já ocorria anteriormente à chegada do corona vírus – a restrição aos shopping centers, onde muitas vezes as compras acabavam em segundo plano, especialmente para os jovens (WYPYCH, 2011), deixaram um vácuo enquanto espaço de sociabilidade. Os indivíduos frequenta(va)m os diversos equipamentos de lazer presenciais para serem percebidos pelos outros (PADILHA, 2012); este “ver e ser visto” há algum tempo tem sido complementado pelas mídias sociais. Com o isolamento social (ainda) praticado por uma parcela da população e com a maior parte destes equipamentos fechados – ou reabertos parcialmente –, as redes sociais conseguiram suprir esta “necessidade”? Dificilmente, pois o acesso à internet no Brasil continua desigual e marcado pela distinção de classe, assim como também acontecia com o acesso aos shoppings e demais espaços de sociabilidade. Ainda no âmbito das desigualdades, João Felipe Gonçalves (2020, n.p.) afirma que não houve nenhuma ruptura representativa: “As mortes desproporcionais de negros e pobres na pandemia – bem como os concomitantes processos de acelerada precarização do trabalho e de multiplicação de casos de violência contra mulheres [...] assinalam apenas a persistência e o incremento de velhas desigualdades e atrocidades”.

Incluímos ainda, com a colaboração de Gammon e Ramshaw (2020), uma última temporalidade, a da **nostalgia**, como uma consequência dos tempos relacionados ao retorno e à mudança; o senso de nostalgia pré-pandêmica gerado pelas diversas mídias –

jogos esportivos antigos, filmes clássicos, reprise de novelas e de outros programas – têm sido a escolha de várias estadunidenses e britânicos, como uma forma de aliviar a dureza do isolamento, o medo e a perda geral da “liberdade”. No Brasil, para muitas pessoas, a televisão aberta ainda é a maior e às vezes “única” fonte de divertimento dentro de casa; no campo da veiculação televisiva, a escolha pela nostalgia foi em decorrência das limitações evidentes da produção de novos episódios de novelas, séries, etc., e pelo cancelamento prévio de vários eventos esportivos, sendo a alternativa que restou para os espectadores. De acordo com os autores supra-referenciados, a nostalgia apresenta um aspecto negativo, ligado à incapacidade de lidar com o presente, e um mais positivo, de recuperação da memória enquanto tentativa de aproximação à compreensão do passado; sobre este último, as práticas nostálgicas podem lembrar aos indivíduos as felizes experiências vivenciadas na pré-pandemia, geralmente relacionadas aos momentos de lazer (GAMMON; RAMSHAW, 2020): grosso modo, é o lazer possível do presente recordando do lazer idealizado do passado. Sobre o teor mais pejorativo, Marcellino (1998), entre as abordagens de uma visão funcionalista do lazer, já mencionava a romântica, explicada pela dificuldade de olhar para o contemporâneo, se desdobrando numa valorização romantizada do vivido e numa percepção apocalíptica do presente e do futuro. Neste momento, o problema é real, trazendo sofrimento e sentimentos de perda a quase todas as pessoas. Ainda assim, os tempos pandêmicos, se e quando acabarem - dependendo das condições e do nível de consciência/alienação de cada indivíduo - poderão ser romantizados parcialmente a partir das relações e práticas (re) descobertas durante o período (GAMMON; RAMSHAW, 2020), numa espécie de “nostalgia da nostalgia”. Contudo, devemos ficar atentos à correlação, oriunda majoritariamente do mercado, de que a Covid é uma oportunidade, ou da retórica questão “o que de bom pode resultar disso?”, que só faz sentido para o mundo dos privilegiados.

A partir de uma pesquisa quantitativa realizada em abril de 2020 na cidade de Fortaleza, notou-se nos bairros periféricos uma dificuldade em abrir mão de alguns costumes, “como se reunir nas calçadas para beber, jogar e conversar, frequentar feiras livres, jogar bola na rua, continuar indo a eventos religiosos, etc.” (GONÇALVES *et al.*, 2020, n.p.). Gonçalves *et al.* colocam que, para muitas pessoas:

[...] essas são as únicas possibilidades de lazer. Ficar dentro de casa também não é a melhor opção quando se tem moradias tão precárias, com muitas pessoas acomodadas em poucos cômodos e quando as unidades habitacionais guardam pouca distância entre si, não têm janelas, quintais e varandas. Dessa forma, os bairros de menor renda parecem mais propícios a esse descumprimento, ao mesmo tempo em que também são os mais atingidos pela necessidade de se deslocar para trabalhar (2020, n.p.).

Conforme será ilustrado na próxima seção, uma das coisas mais complicadas da pandemia é o fato de vários indivíduos terem que continuar trabalhando (SAMDAHL, 2020). Além disso, as coletividades que sofrem processos de estigmatização e de discriminação, derivando em várias formas de desigualdade, exclusão e injustiças sociais (ARENDDT, 2008), não apresentam um leque variado de opções de lazer; todavia, vislumbram e desejam, com ajuda das imagens veiculadas pela TV (a partir da década de 1970, no Brasil) e com a colaboração mais recente e complementar da internet.

Um *survey* para um levantamento sobre as vivências de lazer dos brasileiros, que tinha como base os dados do Censo demográfico de 2010, demonstrava que a experiência turística era a mais ansiada entre todas as atividades de lazer (STOPPA; ISAYAMA, 2017). A partir da implementação de políticas de distribuição de renda no Brasil e a facilitação no acesso ao crédito, a partir dos anos 2000, a chamada classe C passou a poder consumir uma série de serviços e produtos que antes lhe eram economicamente proibidos. Freire-Medeiros e Name (2013) conseguiram captar a dinâmica de moradores da favela da Rocinha que voaram de avião pela primeira vez. Ainda sim, o hábito de viajar continua sendo uma atividade relativamente elitista, reforçada ainda mais pela crise gerada pelo corona vírus.

As Múltiplas (I) Mobilidades da Pandemia

O Paradigma das Novas Mobilidades tem sido fundamental, teórica e empiricamente, para que as ciências sociais reconhecessem como o movimento - de pessoas, coisas, imagens, capitais, ideias, entre outros elementos - é central nas sociedades contemporâneas (cf. SHELLER; URRY, 2006). Neste contexto de COVID-19, é fundamental refletir também sobre o papel deste regime de intensas mobilidades na sua disseminação, incluindo as manifestações de lazer: desde os passeios às viagens turísticas.

Thacker (2009) já pontuava que uma doença só poderia ser epidêmica - e não simplesmente "endêmica" - graças a uma complexa rede de comércio e viagens funcionando intensamente. Lavau (2014) sublinha algo que é óbvio, mas que não deve ser esquecido: "os vírus não são móveis, não têm meios de auto-locomoção e, no entanto, estão longe de estar imóveis" (LAVAU, 2014, p. 299). A respeito da conexão dos deslocamentos transnacionais com o coronavírus, Aguiar (2020) recorda que este último não é nativo do Brasil, suas principais portas de entrada foram os aeroportos com rotas internacionais:

[...] fluxos de passageiros vindos de todas as partes do mundo que em seguida transitaram entre as cidades do país (em alguns casos, com conexão em aeroportos regionais) e, ao se constatarem contaminados, desencadearam movimentos em busca de unidades de saúde para seu atendimento em diferentes condições da doença (p. 52).

Ficando claro que a atividade turística contribuiu para a rápida disseminação do vírus, não houve outra solução que não a suspensão do fluxo turístico. Beni (2020) relembra como há pouco tempo um dos principais debates no campo científico do turismo era a questão do *overtourisme* que, de repente, caminhamos para um pólo completamente oposto: o *non-tourism*, a privação momentânea do turismo presencial (GÖSSLING; SCOTT & HALL, 2021 *apud* SÁ, 2020). Manobrando este exemplo com as mobilidades

e as diferenças de classe no “país do Covid”, recorreremos à sentença de Scott: “A responsabilidade da disseminação desenfreada de uma doença veiculada como tendo sido introduzida por viajantes abastados provenientes do estrangeiro, cai nas costas de residentes de bairros populares cujas dificuldades de isolamento social obediente são muito mais marcantes” (SCOTT, 2020, n.p.).

Este período de interrupção dos fluxos turísticos pode ser uma “oportunidade” para uma reflexão mais profunda acerca do sistema de mobilidades e suas inerentes imobilidades. Colocar as mobilidades no centro da análise social não significa se atentar somente para o que está em movimento, mas também para o que não se move. Sheller (2016) sublinha como as mobilidades são possibilitadas e promovidas por um complexo arranjo de sistemas e infraestruturas sociotécnicas que engendram mecanismos de mobilidades desiguais, que, por sua vez, reproduzem e balizam capacidades distintivas de mobilidade.

Fortalecendo essa perspectiva, Kaufmann; Bergman e Joye (2004) pontuam que a mobilidade seria também um capital, e que, por definição, não se distribui de forma equânime. O debate em torno da "justiça de mobilidade" tem ajudado a desconstruir o imaginário de que os recentes e ostensivos avanços tecnológicos colocaram tudo e todos em movimento. Hannam; Sheller; Urry (2006) atentam para as "pistas rápidas e lentas da vida social": há sim a proliferação de lugares e tecnologias que melhoram as mobilidades de alguns, mas, ao mesmo tempo, reforçam as imobilidades de outros. Sheller (2018) pontua que o debate em prol das mobilidades justas não se resumiria às reivindicações por transporte justo (e.g. MARTENS, 2016) ou ao conceito de justiça espacial (e.g. SOJA, 2010), ainda que os englobe.

Em vez disso, devemos considerar como combinar as lutas por acessibilidade e liberdade de movimento corporal, por infraestruturas equitativas e projetos espaciais que apoiam os direitos de movimento, por formas justas e razoáveis de transporte sustentável e urbanismo ecológico que reduzam os danos e encargos ambientais e por uma equitativa distribuição global de recursos naturais e direitos de mudança ou moradia (SHELLER, 2018, cap. 1., n.p. Tradução dos autores).

O isolamento social como medida de prevenção ao coronavírus se mostrou um privilégio no Brasil. Enquanto o vírus circulava apenas pela Europa e Ásia, o grupo de risco era estatisticamente demarcado pela idade, sendo os idosos mais suscetíveis às complicações de saúde geradas pelo vírus. Já no Brasil, o grupo de risco passou a ser delimitado por outros marcadores, como raça (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020; SANTOS *et al.*, 2020) e gênero (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020). Não há nenhuma evidência científica que aponte que mulheres e negros são geneticamente mais suscetíveis ao vírus, porém, as desigualdades sociais construídas secularmente demonstram que o "racismo é um determinante social da saúde, pois expõe mulheres negras e homens negros a situações mais vulneráveis de adoecimento e de morte" (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p. 2). Neste sentido, Iaquito (2020) é categórico ao pontuar que o vírus e as doenças por ele causadas podem ser considerados políticos, à medida que seu alcance geográfico e taxas de mortalidade são altamente modeladas por instituições, normas sociais, acesso à saúde e subjetividades individuais.

A conjuntura que envolve a pandemia não só explícita, como também potencializa as consequências das desigualdades sociais. Se antes a máxima de que as mobilidades de poucos pressupõem a imobilidade de muitos era argumento recorrente para falar sobre as mobilidades desiguais (cf. ADEY, 2010; SHELLER, 2016; FREITAS, 2016), as circunstâncias da crise da COVID-19 invertem esta lógica de forma curiosa. Para que uma parcela da população pudesse seguir o isolamento social e não saísse de casa, foi - e ainda é - necessário que um bom número de pessoas esteja em movimento, trabalhando na rua e se expondo ao risco de contaminação. Isto reforça que o debate sobre justiça de

mobilidade não está centrado exatamente em se mover ou não, mas principalmente na disposição para se mover e na qualidade desse movimento.

Em abril de 2020, quando São Paulo e Rio de Janeiro estavam há um mês sob a recomendação de isolamento social, um levantamento feito pela Rede, empresa de máquina para cartões do banco Itaú, demonstrou que o *delivery* de compras aumentou 59%, em comparação ao período anterior (FLACH, 2020). Os aplicativos de entrega têm se mostrado de importância fundamental para que um bom número de pessoas permaneça na sua residência, mas por outro lado sobram críticas de que este modelo de negócio não é sustentável para os entregadores nem para os restaurantes que deveriam ajudar (BACOCINA, 2020). Uma questão importante: será que os entregadores também não deveriam ter o direito de se manterem em suas habitações, protegendo a si mesmos e a sua família do contágio? Quando acionamos a ideia de "direito" não nos referimos apenas à decisão individual de ficar em casa ou ir trabalhar, mas sim a um arranjo amplo que envolveria a garantia de direitos trabalhistas para esta categoria de profissionais e políticas públicas que pudessem permitir que estes ficassem em casa sem grandes prejuízos materiais.

A Renda Básica Emergencial (RBE) oferecida pelo governo federal teve impacto positivo na renda dos mais vulneráveis, mas não garantiu que seus beneficiários permanecessem em seus domicílios. A Rede de Pesquisa Solidária consultou 1.654 moradores de Fortaleza, Goiânia, Manaus, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre para comparar as práticas de distanciamento social entre os que receberam e os que não receberam o auxílio, apesar de elegíveis. No intervalo de duas semanas que antecedeu a pesquisa, os não beneficiados pelo programa deixaram suas casas em 3,43 dias enquanto os que receberam o auxílio deixaram suas casas 3,51 dias, números praticamente idênticos (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA, 2020).

Tampouco é coincidência que, justamente durante este período de isolamento, os trabalhadores de aplicativos de entrega tenham organizado dois *Breque dos APPs* - paralisações para reivindicar condições de trabalho mais justas e melhores remunerações. Além de estarem muito expostos ao risco de contaminação pelo coronavírus, o trabalhador de aplicativos de entrega está "encurralado entre a necessidade econômica, os riscos da atividade e uma “parceria” desigual" (MELO, 2020, p. 670).

Imagem 1: BRT Lotado na Noite da Reabertura do Comércio no Rio de Janeiro



Imagem: Yan Marcelo/@yanzitz

A Imagem 1 mostra o BRT - Transporte Rápido por Ônibus lotado no dia 08 de junho de 2020, quando o comércio na cidade do Rio de Janeiro foi reaberto. Nesta data, a Secretaria Municipal de Saúde divulgou 74 mortes e 1.473 novos casos confirmados em 24 horas (G1, 2020), dados que indicam que o momento não era o mais seguro para reabertura. Entre os passageiros não há espaço de 1,5 metros, distância considerada segura pela OMS para evitar o contágio do vírus. Basta uma pessoa contaminada dentro deste

veículo para colocar em risco, direta ou indiretamente, outras centenas de pessoas. Conforme determinado pela OMS que o isolamento social é a única medida que diminui os riscos de contaminação pelo coronavírus, qualquer saída de casa já é uma exposição. Para os que utilizam transporte público, este risco é significativamente elevado.

Considerando que a COVID-19 é a doença dos espaços de fluxos (AGUIAR, 2020), a retomada do comércio e de outras atividades presenciais no Brasil só poderá ser feita em segurança se as pessoas puderem se mover pela cidade em condições seguras. Este, na realidade, deveria ter sido o parâmetro a ser seguido para a reabertura dos estabelecimentos comerciais em várias cidades brasileiras, que precocemente relaxaram as regras relacionadas ao isolamento.

Considerações Finais

Como já assumido na introdução, refletir sobre um fenômeno histórico em curso é tarefa bastante difícil. Ainda que já se esteja produzindo muitas análises sobre os conflitos e impactos da COVID-19, a ausência de um distanciamento cronológico impossibilita uma visão panorâmica e menos turva deste momento. Ainda assim, entre se distanciar e se aproximar – caso tivéssemos que hipoteticamente escolher apenas uma destas ações – o último nos parece o mais proeminente para um olhar agudo e crítico; ao colocarmos em jogo nossas incertezas, tensões e medos, pensar e escrever sobre aquilo que estamos vivendo pode e deve funcionar no âmbito da construção do conhecimento.

As ciências da saúde (e uma parte das exatas e da terra) tentam lidar com “A sobrevivência dos povos [...], condicionadas a tornar este novo coronavírus visível, mapeando e gerenciando sua disseminação, e discernindo e adaptando as melhores práticas em assistência médica e saúde pública” (GRIMWOOD, 2020, p.4). Enquanto isso, as ciências sociais e humanas, sucinta e diretamente falando, tentam descrever,

analisar e aprender (com) o “viver pandêmico”. Todavia, esta pandemia é reveladora, pois mesmo com todos os esforços combinados para acumular conhecimento, muito permanece incerto; estamos testemunhando a dura realidade de que nem sempre estamos no controle (GRIMWOOD, 2020).

O intuito deste artigo, além de (re) pensar as práticas de lazer neste complicado momento a partir das complexidades que envolvem as múltiplas (i) mobilidades, é o de problematizar o debate sobre a produção acadêmica de dois campos de estudos: o do próprio lazer e o do turismo. Questiona-se as (os) pesquisadoras (es) que, mesmo com as incertezas do “mundo-Covid”, ainda tentam pautar suas investigações a partir de procedimentos metodológicos dogmáticos, as quais implicam na “certeza da verdade”; será que a pandemia estabelecerá uma nova epistemologia das relações? (GRIMWOOD, 2020).

Nós do Lazer, entre todos os campos, devemos entender que a resposta não está em trabalhar mais duro dentro de um sistema que nos escraviza (SAMDAHL, 2020). Por isso, argumentamos aqui, sobre a importância das diferentes manifestações de lazer para a manutenção da saúde física e principalmente mental. Vimos vários cientistas sociais no decorrer do artigo, mesmo não oriundos e exclusivos do campo de estudos do lazer, desenvolvendo relevantes questões sobre a temporalidade e a espacialidade do trabalho e do lazer, incluindo a questão das viagens e demais experiências turísticas. Caminhamos com cuidado para não generalizar, dentro de uma ótica burguesa, a celebração da diversidade e do acesso dos indivíduos às benesses da internet e da sociabilidade universal das redes sociais, seja no pré, durante e no pós pandemia. Além da injusta (in) acessibilidade da grande rede em países como o nosso, assim como em outros tempos/espços de lazer, as mídias sociais têm apresentado como uma de suas marcas

principais a distinção social, presente muitas vezes na polarização política, dos costumes e dos valores.

Para muitos habitantes do planeta Terra, esse momento representa uma crise dupla ou pior, onde o coronavírus agravou circunstâncias que já eram bem difíceis. Somado a isso, a pandemia “[...] demandou intervenções em larga escala dos Estados (nacionais e supranacionais), sistemas públicos de saúde mais acessíveis, desemprego em larga escala e benefícios de bem-estar social (pacotes de estímulo) e suspensão econômica” (LASHUA; JOHNSON; PARRY, 2020, p.3. Tradução dos autores). Por constituir uma das atividades produtivas mais afetadas economicamente pelas medidas restritivas de circulação (REDE BRASILEIRA DE OBSERVATÓRIOS DE TURISMO, 2020), reconhecemos a importância das pesquisas que têm se debruçado sobre a questão da recuperação do setor turístico e sobre os cenários pós-COVID-19. No entanto, registramos a ausência de estudos no Brasil que apontem os riscos pelos quais os trabalhadores do turismo, os seus familiares e as comunidades receptoras estariam expostos caso a atividade seja retomada precocemente. O levantamento bibliográfico nos levou a uma reflexão que pode parecer óbvia: não é somente o turismo em si que é impactado pela pandemia da COVID-19, mas também as pesquisas sobre o fenômeno turístico (MAXIMILIANO, 2020). Que turismo os pesquisadores da área estão investigando se não há turismo? - pelo menos não como concebíamos até então. O debate construído neste trabalho foi ilustrado pelo fenômeno turístico, por ser uma das mais relevantes (im) possibilidades de lazer (analisando-o enquanto categoria sociológica), e por ter contribuído para a disseminação global do vírus (LAVAU, 2014; IAQUINTO, 2020; AGUIAR, 2020).

Reconhecemos toda a imprevisibilidade que envolve imaginar o futuro pós-COVID-19 e não faz parte das nossas pretensões tentar fazer nenhum exercício de

futurologia. De todo modo, imaginamos que as restrições aos fluxos permanecerão ainda por um tempo. Quando o lazer turístico começar a ser retomado é bem provável que haja uma predileção por menores deslocamentos, em detrimento às viagens de avião ou aos cruzeiros marítimos, por exemplo. Ainda que não houvesse esta pandemia no horizonte, Urry e Larsen (2011) já propunham, se não a necessidade, a possibilidade de reduzir a escala dos deslocamentos, "para que as pessoas procurem e encontrem 'tesouros' que estão dentro de seu 'quintal', sem imaginar que o exótico e distante seja necessariamente melhor" (URRY e LARSEN, 2011, p. 237. Tradução dos autores).

REFERÊNCIAS

- ADEY, P. **Mobility**. London: New York: Routledge, 2010.
- AGUIAR, S. COVID-19: A doença dos espaços de fluxos. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 51–74, 2020.
- ALECRIM, J. V. DA C. Políticas Públicas de Esporte e Lazer na promoção da saúde e Covid-19: o que devemos aprender para o futuro. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 97–100, 28 abr. 2020.
- ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. Tradução: Denise Bottmann. [s. l.]: Companhia de Bolso, 2008.
- BACOCINA, D. **Greve dos entregadores escancarou a falácia da economia do compartilhamento**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-07-27/greve-dos-entregadores-escancarou-a-falacia-da-economia-do-compartilhamento.html>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- BENI, M. C. Turismo e Covid-19: Algumas Reflexões/Tourism and COVID-19: Some Reflections. **ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 2020.
- BRITO, R. Bolsonaro volta a se referir ao coronavírus como gripezinha, critica governadores e gera reação. **Reuters**, 25 mar. 2020.
- CARDOSO, D. M.; NETTO, F. B. Reflexão antropológica sobre viver e conviver em família no isolamento social. **Boletim Cientistas Sociais**. [s.l.] ANPOCS, 22 jun. 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2395-boletim-n-67-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- CÉSAR, P. DE A. B.; RIBEIRO, A. DE F.; MORAES, M. P. Em Tempos de Pandemia [e no Pós]: Relações Emocional e seus Impactos no Ambiente Construído pelo Confronto

entre Viajante e Morador / The Emotional Impact and its Relations in the Built Environment with the Traveler and Resident Confrontation in Times of Pandemic [And After]. **ROSA DOS VENTOS - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 12 jul. 2020.

COELHO, M.; MAYER, V. F. Gestão de serviços pós-covid: o que se pode aprender com o setor de turismo e viagens? **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3698–3706, 2020.

FLACH, N. Efeito coronavírus: delivery de compras aumentou 59% com isolamento social. **Exame**, 11 maio 2020.

FREIRE-MEDEIROS, B.; NAME, L. Flying for the Very First Time: Mobilities, Social Class and Environmental Concerns in a Rio de Janeiro Favela. **Mobilities**, v. 8, n. 2, p. 167–184, 1 maio 2013.

FREITAS, J. Uma resenha de “Mobilidades da elite”. **Plural** (São Paulo. Online), v. 23, n. 2, p. 126, 31 dez. 2016.

G1. **RJ tem 6.781 mortes e quase 70 mil casos confirmados de Covid-19**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/08/rj-tem-6781-mortes-e-quase-70-mil-casos-confirmados-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GADAMER, H.-G. **Verdade e método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

GAMMON, S.; RAMSHAW, G. Distancing from the Present: Nostalgia and Leisure in Lockdown. **Leisure Sciences**, p. 1–7, 24 jun. 2020.

GELKE, A. Pureza e poder. **Revista piauí**, n. 132, set. 2017.

GOES, E. F.; RAMOS, D. DE O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. e00278110, 2020.

GONÇALVES, D. N. *et al.* A vida na quarentena: Deslocamentos e aglomerações de pessoas em Fortaleza. **Boletim Cientistas Sociais**. [s.l.] ANPOCS, 21 maio 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2366-boletim-n-45-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 31 jul. 2020.

GONÇALVES, J. F. Tempos de viralizações: reflexões temporárias. **Boletim Cientistas Sociais**. [s.l.] ANPOCS, 23 jun. 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2396-boletim-n-68-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 31 jul. 2020.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, C. M. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 1, p. 1–20, 2 jan. 2021.

GRIMWOOD, B. S. R. On Not Knowing: COVID-19 and Decolonizing Leisure Research. **Leisure Sciences**, p. 1–7, 24 jun. 2020.

HANNAM, K.; SHELLER, M.; URRY, J. Editorial: Mobilities, Immobilities and Moorings. **Mobilities**, v. 1, n. 1, p. 1–22, 1 mar. 2006.

HARTMANN, M. Brasil tem piores indicadores de distanciamento social da América Latina. **Gaúcha ZH**, 17 abr. 2020.

IAQUINTO, B. L. Tourist as vector: Viral mobilities of COVID-19. **Dialogues in Human Geography**, v. 10, n. 2, p. 174–177, 1 jul. 2020.

JUNIOR, P. Deu o contrário: aqui, futebol piora sensação da pandemia. **Blog do Juca Kfour**, 4 ago. 2020. Disponível em: <http://blogdojuca.uol.com.br/2020/08/deu-o-contrario-aqui-futebol-piora-sensacao-da-pandemia-2/>. Acesso em: 18 nov. 2020

KAUFMANN, V.; BERGMAN, M. M.; JOYE, D. Motility: mobility as capital. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 28, n. 4, p. 745–756, 2004.

LASHUA, B.; JOHNSON, C. W.; PARRY, D. C. Leisure in the Time of Coronavirus: A Rapid Response Special Issue. **Leisure Sciences**, p. 1–6, 26 jun. 2020.

LAVAU, S. Viruses. In: ADEY, P. (Ed.). **The Routledge handbook of mobilities**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2014. p. 298–305.

MAIA, R. A “vitória” dos emojis: sobre a força dos pictogramas em tempos de distanciamento social. **Boletim Cientistas Sociais**. [s.l.] ANPOCS, 13 jul. 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2414-boletim-cientistas-sociais-n-82>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. [s.l.]: Papyrus Editora, 1998.

MARTENS, K. **Transport Justice: Designing fair transportation systems**. [s.l.]: Routledge, 2016.

MAXIMILIANO, K. The crisis of Tourism Research and COVID-19. **International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality (IJSSTH)**, n. 21, 2020.

MELO, S. N. Trabalhadores de aplicativos e direito à saúde. In: BELMONTE, A. A.; MARTINEZ, L.; MARANHÃO, N. (Eds.). **O Direito do Trabalho na crise da COVID-19**. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 663–671.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PEREIRA, A. B. Imigrantes, refugiados e o coronavírus: notas para reflexão. **Boletim Cientistas Sociais**. [s.l.] ANPOCS, 19 jun. 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2393-boletim-n-66-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; VASCONCELOS, M. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. jun. 2020.

REDE BRASILEIRA DE OBSERVATÓRIOS DE TURISMO. **Sondagem dos impactos da COVID-19 no setor de Turismo no Brasil**. Observatórios participantes da

sondagem: Observatório de Turismo do Paraná [et al.], 2020. Disponível em: https://www.canva.com/design/DAD7OMxjGnc/w8UE5pJkvO4Yn6sjg_MUWQ/view . Acesso em: 30 jul. 2020.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. **Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade**. São Paulo: [s.n.], 2020.

ROSE-REDWOOD, R. et al. Geographies of the COVID-19 pandemic. **Dialogues in Human Geography**, v. 10, n. 2, p. 97–106, 1 jul. 2020.

SÁ, F. Z. D. Mobilidade da Produção Científica sobre Turismo e Covid-19 / Mobility of Scientific Production on Tourism and Covid-19. **ROSA DOS VENTOS - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 12 jul. 2020.

SAFATLE, V. **A única saída é o impeachment**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-20/a-unica-saida-e-o-impeachment.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SAMDAHL, D. M. Advice for Leisure Studies: Reflections on the Pandemic From a Retired Professor. **Leisure Sciences**, p. 1–5, 30 jun. 2020.

SANTOS, M. P. A. D. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 225–244, ago. 2020.

SCOTT, P. Mobilidades familiares nas epidemias do Zika e do Coronavírus. **Boletim Cientistas Sociais**. [s.l.] ANPOCS, 4 jun. 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2378-boletim-n-55-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 31 jul. 2020.

SHELLER, M. Uneven Mobility Futures: A Foucauldian Approach. **Mobilities**, v. 11, n. 1, p. 15–31, jan. 2016.

_____. **Mobility justice: the politics of movement in the age of extremes**. London ; Brooklyn, NY: Verso, 2018.

_____.; URRY, J. The New Mobilities Paradigm. **Environment and Planning A**, v. 38, 2006. Acesso em: 24 jul. 2016.

SOJA, E. W. **Seeking Spatial Justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas: Autores Associados, 2017.

THACKER, E. The Shadows of Atheology: Epidemics, Power and Life after Foucault. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 6, p. 134–152, 1 nov. 2009.

TOMÉ, M.; AMORIM, E.; SMITH, M. L. A análise do conteúdo informativo nos websites oficiais de turismo sobre a saúde do viajante e os riscos referentes à Covid-19. **International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality (IJSSTH)**, n. 21, 2020.

URBANIDADES. **A assistência social no Brasil e a crise da COVID-19, com Renata Bichir**, [s.d.]. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7v2BmkYJZIYhG1zZpu2aY1?si=6nTwwHZ2RbyJv6YLHqavgQ>. Acesso em: 16 jul. 2020.

URRY, J.; LARSEN, J. **The tourist gaze 3.0**. 3rd ed. Los Angeles; London: SAGE, 2011.

WYPYCH, P. R. Shopping center: um espaço de lazer e socialização para o adolescente. **Revista Mediação**, v. 13, n. 13, 29 nov. 2011.

Endereço dos Autores:

Bernardo Lazary Cheibub
Rua Maestro Francisco Braga, n.6 / ap.702 – Copacabana
Rio de Janeiro – RJ – 22.041-070
Endereço Eletrônico: bernardocheibub@id.uff.br

João Alcântara de Freitas
Rua Nóbrega, 160, ap. 201 – Icaraí
Niterói – RJ – 24.220-320
Endereço Eletrônico: joaofreitas@id.uff.br